

## A destruição da Igreja do Rosário dos Pretos



Por **LINCOLN SECCO\***

*Muito importante foi a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens pretos na vida social dos escravos*

Excluídos do trabalho assalariado na Primeira República e, portanto, de sindicatos e partidos, muitos ex escravos tinham outras formas de organização, sendo as Irmandades um tipo.<sup>[i]</sup> A antiga Igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo situava-se no vértice do Triângulo onde a cidade se estabeleceu no período colonial. A tortuosa área colonial não comportava mais as funções urbanas e a apropriação de terras transpassou o Rio Anhangabaú para a cidade nova, ainda hoje de geografia retilínea, como se observa nas ruas Barão de Itapetininga, 24 de Maio, Dom José de Barros e adjacências. O primeiro Viaduto do Chá data de 1892 e liga a Praça Antônio Prado à Barão de Itapetininga.

A Praça Antônio Prado se tornaria o símbolo da São Paulo da Primeira República. Para ela convergem dois lados do velho Triângulo, o qual concentrava os principais negócios da cidade: a Rua de São Bento e a XV de Novembro. Por isso ela sempre foi mais um largo do que uma praça.

Mas nos tempos de antanho, foi este alargamento de ruas um símbolo de devoção. Daí o seu antigo nome muito mais bonito: o Largo do Rosário. Porque foi ali que se ergueu e se manteve por tanto tempo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos<sup>[ii]</sup>. Devotos dessa Nossa Senhora sempre houve no velho São Paulo. Alcântara Machado mostrou testamentos que a invocavam desde o Século XVI. Este foi o caso de Isabel Félix, que em 1596 deixou-lhe uma “novilha de anno”. Provavelmente era num altar, seja na Igreja do Colégio ou na Matriz, que estava a imagem de Nossa Senhora do Rosário.

Duas foram as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário. A dos homens brancos e a dos homens pretos, fundada em 1711. Esta, a mais tradicional, pois da outra não se encontram muitas referências (Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, *A Igreja na História de São Paulo*, volume 6, p.285). A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos deve ter demorado muito para adquirir fundos que pudessem arrimar a construção de uma ermida. Acredita-se que só em 1721, em algum canto do Anhangabaú, erigiu-se uma capelinha.

No ano de 1725, o ermitão Domingos de Melo Tavares obteve licença para erguer legalmente uma Igreja (Arroyo, *Igrejas de São Paulo*, p.205). Sem provisões para tal, e sabendo muito humilde o burgo paulistano, lá foi ele às Minas Gerais e esmolou por três anos, pois em 1728 a Irmandade rogou à Câmara de São Paulo um terreno, declarando-se com dinheiro para erguer um templo, e o obteve no mesmo ano. Parece que em 1737 a Igreja já estava em pé.

Muito importante deve ter sido o papel da Irmandade e da Igreja na vida social dos escravos. Em volta da Igreja moravam muitos velhos cativos alforriados. Eram casinhas que estreitavam o final da velha Rua de Manoel Paes de Linhares que se chamou, em seguida, “Rua que vae do pateo da Sé para Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos”, depois Rua da Imperatriz. Hoje, Rua XV de Novembro, data da proclamação da República. Bem perto da Igreja do Rosário, e decerto por

ser ali um lugar de velhos escravos, ficava o beco do cisqueiro, depósito de lixo da velha São Paulo.

Entretanto, o Largo do Rosário manteve o nome por muito mais tempo. Ele continuou sendo lugar de devoção e de festas. Religiosas muito, e profanas um pouco. Muitos foram os pedidos, registrados nas Atas da Câmara, para que se autorizasse o itinerário da procissão que, via de regra, demandava o largo pela antiga Rua da Imperatriz. Às vezes o caminho era alterado, mas a festa sempre acontecia com grande presença dos membros da confraria e demais almas aflitas. Dias de enterro também eram motivo de muito folguedo, além de tristezas. No Campo Santo que circundava a Igreja, os escravos cantavam, gritavam e conduziam em solene cortejo o esquife para sua última morada.

Nos primeiros tempos, a festa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos começava com uma missa muito solene e circunspecta. Depois, até homens brancos acudiam aos arredores da Igreja para assistir às tradicionais congadas (ou festas de Congos), dotadas de uma grande variedade regional. Como disse Florestan Fernandes: “O negro exerceu ação ativa nos autos populares dos brancos, apoiando-se nos elementos de sua própria cultura”. Mulheres negras requebravam ao som do atabaque (ou música de tambaque, como à época se dizia), com panos brancos na cabeça, pulseira de prata e, no pescoço, rosários (alguns de ouro). Depois das danças, o rei e a rainha escolhidos entre os dançarinos chamavam a sua corte para um jantar, e aos músicos era distribuído um licor e outras bebidas alcoólicas (Ernani da Silva Bruno, “Igreja do Rosário, a congada e os reis do Congo, *Diário de São Paulo*, 15 de abril de 1972.).

Vários historiadores mostraram o quanto esta festa passou a incomodar as autoridades, a partir de meados do século XIX. Em verdade, desde priscas eras, que afundam no passado paulista, qualquer batuque, jogatina ou divertimento provocava a desconfiança dos homens brancos, como demonstram algumas medidas contra os negros e, especialmente mulheres negras, tomadas pela Câmara no século XVIII (“Registro de um edital da Câmara sobre os negros que jogam e tocam batuque”, 29 de maio de 1748, *Registro Geral da Câmara*, vol. IX.).

As diversões até poderiam funcionar como pára-choque entre escravo e senhor, como dizia Mário de Andrade.<sup>[iii]</sup> Mas isso não impedia a repressão. Perto do Arouche houve a Capela de Santa Cruz do Pocinho, na rua Vieira de Carvalho, dotada de uma festa popular, a cada 3 de maio, que durou até 1909, quando foi proibida pelo bispo D. Duarte Leopoldo e Silva. Adveio da morte de um homem no pocinho estreito que havia naquela rua (Miguel Milano. *Os fantasmas da São Paulo antiga*, p. 40-1).

A exposição dos corpos e, especialmente o seu movimento, suscitava incômodos às autoridades brancas. Vejamos um trecho do documento da proibição da festa da Capela de Santa Cruz do Pocinho que encontrei no Livro de Tombo da Igreja da Consolação: “De há muito que as festas desta capella revestiam-se de um character meramente profano, sendo inúmeros os abusos ali praticados á sombra da religião. Felizmente o exmo sr. Arcebispo metropolitano D. Duarte Leopoldo e Silva poz termo a tão grandes abusos, pelo edital que abaixo reproduzimos: ‘De ordem do exmo senhor Arcebispo Metropolitano faço publico que s.ex<sup>o</sup> houve por bem interditar a capella chamada do Pocinho, á rua Vieira de Carvalho, onde ficam dessa em diante absolutamente prohibidos quesquer atos publicos de piedade. A ninguém portanto será licito promover festas na mesma capella ou angariar esmolas para as mesmas...’. (São Paulo, 27 de março de 1909)”.

Lembremos que o bispo D. Antonio Joaquim de Mello, já nos meados do oitocentismo, proibira festas noturnas. E ordenou mais rigor aos padres, “não consentindo que se enchão os intervallos das cantorias com pedaços de contradanças, tão impróprias de Deos, e do templo”.

## A destruição

De outro lado, o chamado progresso de São Paulo pedia um novo largo. Que tivesse o nome de praça. Que fosse alargado às expensas dos moradores daqueles humildes fogos e da Nossa Senhora do Rosário. O largo foi aberto em 1872 com a desapropriação das casas próximas. Um chafariz foi inaugurado dois anos depois pelo Dr. João Teodoro Xavier, presidente provincial de São Paulo. Este chafariz foi retirado em 1893, para obrigar os moradores a consumirem a água da

Companhia Cantareira, o que provocou vivos protestos da população local e solicitou a intervenção policial.

O desenvolvimento da cidade, sob o ponto de vista comercial, provocou cada vez mais intervenções urbanísticas por parte dos poderes públicos. A Rua XV de Novembro (assim denominada a partir de 1889) concentrava os negócios. A moda. A vida política. E exigia mudanças.

O Largo do Rosário, denominado como “*le quartier plus movimenté de la Ville*” (provavelmente por um viajante francês)<sup>[iv]</sup>, tornou-se centro das atenções de homens públicos e de negociantes. Era, no dizer de Alfredo Moreira Pinto (*A cidade de São Paulo em 1900*, p.257), “o cérebro e o coração de S. Paulo; é o ponto em que estacionam os *bonds*, que dahi tomam direcções diferentes”. Sua localização era estratégica, situada na parte final da Colina em que São Paulo nasceu. Depois dela havia a Ladeira do Acú (hoje início da Avenida São João). Olhando para o Mosteiro de São Bento, só se encontrava o Rio Anhangabaú.

No final do século XIX era do Largo do Rosário que partiam os bondes para as mais diferentes regiões de São Paulo. Tanto que a Companhia de Carris, então responsável pela implantação daquele moderno serviço de transportes, propunha-se a instalar no Largo do Rosário o ponto inicial de três linhas de bonde, algumas com duas seções, o que constituía oficialmente cinco linhas.<sup>[v]</sup>

Nem tudo se efetiva como se deseja. Em 1896 estava efetivada apenas uma linha do Largo do Rosário até o Brás (provavelmente até a Igreja do Bom Jesus de Matosinhos), totalizando pouco mais de três quilômetros. Havia treze linhas de bonde a tração animal. Em 1900, passaram a circular pela capital os bondes elétricos, sob as responsabilidades da Light and Power Co. No ano seguinte eles percorriam a cidade em 14 linhas diferentes (Cf. Marisa M. Deaecto). Todavia, a proposta feita anteriormente, de centralizar no Rosário tantas linhas, revela a sanha com que se olhava para o Largo,<sup>[vi]</sup> esquecendo-se da Igreja.

Esta lá persistia. Com suas festas, enterros e procissões. Mas urgia derrubá-la. Assim sendo, a edilidade procurou acordar com a Irmandade o melhor meio de excluir daquele Largo a Nossa Senhora do Rosário. Argumentos não faltavam. Um Parecer “técnico” apresentava-se “julgando necessário dar maior amplitude ao Largo do Rosário, para facilidade do transito e embelezamento dessa parte da cidade” (*Atas das Sessões da Camara Municipal de São Paulo 1903*, Parecer nº51, p.307).

Esta maneira de ver as coisas parece ter se projetado por anos. Porque tempos depois, encontraremos um velho cronista das ruas paulistanas dizer da Nossa Senhora do Rosário que estava numa “igrejinha antiquíssima, feia, desgraciosa, encravada em prédios particulares” (Paulo Cursino de Moura, *São Paulo de outrora*, p.78). Se era tão feia assim, melhor era embelezar aquele terreno de tantas tradições. Se era antiquíssima a Igreja, então que se a derrubasse para no seu lugar criar uma praça, ampla, pouco típica da formação acanhada da São Paulo de antigamente.

É difícil não associar essas apreciações estéticas ao preconceito racial contra as pessoas que frequentavam a igreja. Era também uma maneira de justificar a derrubada do templo. Outro cronista que a conheceu também a descreveu como dotada de um interior “feio e muito ennegrecido” e ninguém se propunha a financiar seu “embelezamento”. Mas por ele ficamos sabendo que sua frente dava para a Rua XV de Novembro. Tinha quatro janelas, uma torre do lado esquerdo, abaixo da qual havia outra janela e duas portas. Dizia o mesmo autor: “Na face voltada para o Largo do Rosário há uma porta, que dá entrada para a sacristia, e acima della uma janella” (Alfredo Moreira Pinto, *A cidade de São Paulo em 1900*, p.36). À esquerda da Igreja ficava uma outra capela, a do Bom Jesus da Pedra Fria.

## A luta

Feia e antiquada. Não era assim que a viam os membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Alegava, esta venerável Irmandade, que “a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos é um monumento

histórico da nossa pátria”. E declarava mais, “que tem a Igreja um alto valor estimativo para nós e para o paiz. Não devemos, por conseguinte, transformat-a em arquitetura que faça desaparecer amanhã o seu valor historico” (cf. Leonardo Arroyo, op.cit., p.211).

Não adiantaram as razões dos devotos. Prevaleceu a ideia do progresso de uma cidade capaz daquela destruição criadora tão característica da modernização. Nas Atas da Câmara de 1903 encontraremos alusão a um “officio da Prefeitura declarando não ter ainda conseguido entrar em accordo com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos para a aquisição dos terrenos e prédios necessarios ao alargamento do Largo do Rosário e pedindo para que sejam aquelles immoveis declarados de utilidade publica afim de que sejam desapropriados judicialmente” (*Atas das Sessões da Camara Municipal de São Paulo 1903*, officio 365, p. 296). A lei nº670 de 16 de setembro de 1903 declarou de “utilidade pública os terrenos e prédios necessarios ao augmento do Largo do Rosário” (*Leis e actos do Municipio de S. Paulo do anno de 1903*, p.34).

Finalmente, a lei 698, de 24 de dezembro do mesmo ano disse, em seu artigo primeiro: “fica aprovado o acto da prefeitura, em virtude do qual entrou em accôrdo cm (sic) a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, desta capital, para o fim de adquirir para a Camara o edificio da sua egreja e as outras dependencias mencionadas no dito accôrdo, mediante a indemnização por parte da mesma Camara da quantia de duzentos e cincoenta contos de réis (250:000\$000) e uma área de terreno no largo do Payssandú, exclusivamente destinada á construcção por aquella Irmandade de uma nova egreja”.

Estranha indenização. Em 9 de maio de 1904, a prefeitura também desapropriou um sobrado contíguo à Igreja, de propriedade de José Raposo e sua mulher, Maria do Carmo Sertório Raposo, e por ele pagou mais: 290 contos de réis. E por esses acasos do destino, os remanescentes do campo santo que era de propriedade da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, foram parar às mãos do irmão do prefeito, o sr. Martinico Prado (Zaluar, “A igreja vinda dos tempos da escravidão”, *Diário Popular*, 2 de julho de 1978). Ali se construiu o Palacete Martinico Prado, que já abrigou o Citybank e a Bolsa Mercantil e de Futuros.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos situa-se, hoje, no Largo do Paissandu. Que hoje já não parece tão distante do primitivo local em que se erguia o templo. A construção da nova casa sagrada demandou esforços redobrados, porque o Largo do Paissandu tinha sido, nos tempos de dantes, um tanque, o do Zunega. Foi preciso drená-lo e fazer demoradas fundações. Enquanto isso, a Irmandade albergou-se na Igreja de São Pedro (Joviano Amaral, *Os pretos do Rosário de São Paulo*). Também esta tradicional Igreja seria, mais tarde, demolida.

A atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo fica defronte (ou, antes, inclinada) à Avenida São João. Tem uma porta frontal, por onde entram os fiéis, e outra lateral, cuja escada dá acesso à sacristia. A porta dos fundos leva ao subsolo, de acesso restrito aos membros da Irmandade. Hoje, uma grade imperdoável cerca o templo.

A atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos é rica em imagens. Lá estão a Santa Edwiges, São Braz, São Caetano, Santa Clara, São Geraldo, São Judas, Santo Expedito, Santo Antônio do Cathegeró, São Benedito, Santa Luzia, Santa Marta, Santo Elesbão, uma santa negra, a Santa Ifigênia, além do Menino Jesus de Praga, da Nossa Senhora do Monte Serrate, da Penha, das Dores e de Fátima. E outras imagens mais. Simples, mas com um teto todo decorado. Os vitrais são tímidos.

A Irmandade nunca se conformou com a perda do primitivo local em que vivia. Em fins dos anos 1930, outro prefeito de “espírito laico”, o Sr. Prestes Maia, desejou derrubar a Igreja do Rosário mais uma vez, para em seu lugar construir um monumento ao Duque de Caxias (*Diário Popular*, 16 de dezembro de 1976). Felizmente, não conseguiu, e a estátua foi colocada em outro sítio, lá pelas bandas da antiga Estação Júlio Prestes.

A Igreja voltou a ter seus atos ligados às necessidades dos homens e mulheres negros. Para ela já convergiram passeatas por ocasião do dia da consciência negra, data do martírio de Zumbi dos Palmares. Sua quermesse continua lá. A Praça

Antônio Prado, escusado dizer, rende homenagem ao homem público que executou a demolição da casa da Nossa Senhora. Segundo o quadro explicativo da verba “serviços e obras” do relatório apresentado pelo prefeito, a demolição da Igreja custou 1:500\$000 (*Relatório de 1904 apresentado à Camara Municipal pelo prefeito Dr. Antônio da Silva Prado*, p.166).

\***Lincoln Secco** é professor do Departamento de História da USP. Autor, entre outros livros, de *História do PT (Ateliê)*.

## Referências

---

*Livro de Tombo da Igreja de Nossa Senhora da Consolação. Vol. I, manuscrito, Arquivo da Cúria Metropolitana, original estragado. Copiado em 1886 e com informações até 1904.*

*Livro de Tombo da Igreja de Nossa Senhora da Consolação. Vol II, manuscrito. Arquivo da Cúria Metropolitana, 1904-1929.*

*Atas da Câmara da Cidade de São Paulo (1562-1596), Vol. I, 2ªed., 1967, 511 páginas.*

*Atas das Sessões da Camara Municipal de São Paulo 1903, ofício 365.*

*Atas das Sessões da Camara Municipal de São Paulo 1903, Parecer nº51.*

*Leis e actos do Municipio de S. Paulo do anno de 1903.*

*Ofício de D. Antonio Joaquim de Mello, Bispo de São Paulo, dando providências contra os abusos que então se davam por ocasião dos enterramentos e das festas religiosas, 1852.*

*Registro de um edital da Câmara sobre os negros que jogam e tocam batuque, 29 de maio de 1748, Registro Geral da Câmara, vol. IX.*

*“Relação geral da Diocese de S. Paulo” pelo Frei Manuel da Ressureição. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. IV.*

*Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da Província Dr. Pedro Vicente Azevedo no dia 11 de janeiro de 1889.*

*Relatório de 1904 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Dr. Antônio da Silva Prado.*

*Relatório de 1925 apresentado à Câmara pelo prefeito Firmiano Moraes Pinto.*

*Diário Popular, 16 de dezembro de 1976.*

*Diário Popular, 16 de janeiro de 1977.*

*Diário Popular, 2 de julho de 1978.*

Caio Prado Jr. “Contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo”, in: *Evolução política do Brasil e outros estudos*, 3ªed. São Paulo: Brasiliense, 1961, pp. 117-148

Caio Prado Jr. “O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo”, in: *Evolução política do Brasil e outros estudos*, 3ªed. São Paulo: Brasiliense, 1961, pp.97-115.

Ernani da Silva Bruno, “Igreja do Rosário, a congada e os reis do Congo, *Diário de São Paulo*, 15 de abril de 1972.

Florestan Fernandes, “Congadas e batuques em Sorocaba”, in: Id. *O negro no mundo dos brancos*, São Paulo, DIFEL, 1972, pp.239-256.

Joviano Amaral, *Os pretos do Rosário de São Paulo*, São Paulo, Alarico, 1953, 208 páginas.

Leonardo Arroyo, *Igrejas de São Paulo*. Rio, José Olympio, 19

Mario de Andrade, “Os Congos”, in: Edison Carneiro, *Antologia do Negro Brasileiro*, Rio, Ediouro, 1967, pp. 294-298.

Marisa Midori Deaecto – Comércio e Vida Urbana na Cidade de São Paulo (1889-1930), São Paulo: Senac, 2000.

Miguel Milano. *Os fantasmas da São Paulo antiga*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1949, 111 páginas.

Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932 (Col. Brasileira, nº9), 502 páginas.

Paulo Cursino de Moura, *São Paulo de outrora*. São Paulo: Edusp, 1980, 306 páginas.

Paulo Florêncio da Silveira Camargo (Monsenhor). *A igreja na história de São Paulo*. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1952-1953. Vol. I, 360 páginas. Vol. II, 420 páginas. Vol. III, 447 páginas. Vol. IV, 337 páginas. Vol. V, 446 páginas. Vol. VI, 327 páginas. Vol. VII, 388 páginas.

Rubens do Amaral, “Antonio Prado”, in: Vários Autores, *Homens de São Paulo*. São Paulo, Martins, 1955, pp.230-263.

Sergio Buarque de Holanda, “Capelas antigas de São Paulo”, *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 5, Rio de Janeiro, 1941.

## Notas

---

[i] Parte de um livro inédito sobre as *Capelas Antigas de São Paulo* escrito em 2.000.

[ii] Uma pequena capela, de igual nome, existe ainda hoje no bairro da Penha, e é de 1802, ao lado da velha Igreja de Nossa Senhora da Penha (fundada em 1682, conforme está inscrito no seu frontispício, mas pode ser de anos ainda anteriores). Também é de Nossa Senhora do Rosário a Igreja do Embu, fundada pelos jesuítas no início do século XVII. Vide: Sergio Buarque de Holanda, “Capelas antigas de São Paulo”, p.113.

[iii] No Recife, por exemplo, o rei de Congo precisava ser autorizado pelo chefe de polícia. Além disso, dele se esperava que exercesse controle sobre parte da comunidade negra. Cf. Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, pp. 52-3.

[iv] Inscrição encontrada num cartão postal do início do século. Devo-lhe à descoberta de Marisa Deaecto.

[v] A Companhia costumava dividir as linhas em seções para cobrar por cada uma a quantia de 100 réis. Cf. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da Província Dr. Pedro Vicente Azevedo no dia 11 de janeiro de 1889, p.80.

[vi] Ideia persistente, posto que depois da Revolução de 1924, o prefeito Firmiano Moraes Pinto ainda dizia (referindo-se à Praça Antônio Prado): “Temos absoluta necessidade de descongestionar o centro da cidade”.

**A Terra é Redonda** existe graças aos nossos leitores e apoiadores.  
Ajude-nos a manter esta ideia.

**[CONTRIBUA](#)**

A Terra é Redonda